

A tranquila vitória de Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães foi ontem reeleito presidente da Câmara por 299 votos contra 155 dados ao deputado Fernando Lyra (PMDB/PE), que concorreu fora da chapa de consenso articulada pelas lideranças partidárias. Houve 23 votos em branco e quatro nulos.

Foram inúteis as tentativas feitas por alguns deputados do PMDB, do PCB, do PC do B e do PT, para tentar evitar que a eleição se realizasse, sob a alegação de que a Emenda nº 26 convocou uma Constituinte exclusiva.

Humberto Souto (PFL-MG), que dirigiu os trabalhos, manteve-se firme na interpretação de que o regimento interno o obrigava a realizar a eleição no dia 2 de fevereiro e que o funcionamento do Congresso durante a Constituinte era questão a ser levantada para esta.

A sessão iniciou-se com grande atraso. Marcada para as 9 horas, só foi aberta às 10h20. Até então, reu-

niões realizadas nos gabinetes de Ulysses Guimarães e de líderes partidários buscavam solução para o problema criado a partir do momento em que, na sexta-feira, a bancada do PMDB decidiu propor que não fossem realizadas as eleições das Mesas da Câmara e do Senado, a fim de que a Constituinte funcionasse em caráter exclusivo.

Por volta das 8h30 já era grande o número de deputados em plenário, a maioria na expectativa de que iria ocorrer. Finalmente, às 10h15, apareceu o presidente da Casa, Ulysses Guimarães. Pouco depois, abriu a sessão, tendo por auxiliares o primeiro-vice-presidente Humberto Souto e o segundo-secretário Leur Lomanto (PFL-BA).

Ele deu posse a um deputado que não comparecera à sessão da véspera, Antero de Barros (PMDB-MT), e, a seguir, do plenário, foi levantada a primeira questão-de-ordem. Era Domingos Leonelli (PMDB-BA), argumentando ser "inconstitucional" a realização da eleição das Mesas.

Ulysses explicou estar na presi-

dência por força regimental, mas, como era candidato à reeleição, passava-a ao primeiro-vice-presidente, Humberto Souto. Desceu até o plenário e Humberto passou a responder às questões-de-ordem, levantadas também por José Genoíno (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE), Haroldo Lima (PC do B-BA), todos contra a eleição e insistindo na Constituinte exclusiva. Esses argumentos foram rebatidos por Cardoso Alves (PMDB-SP), pelo líder do PDS Amaro Neto (RJ), pelo líder do PFL, José Lourenço (BA), por José Costa (PMDB-AL) e por Siqueira Campos (PDC-GO), todos assinalando não ter sido revogada a Constituição vigente.

A Mesa

Humberto Souto manteve a posição que assumiu logo no início: o regimento interno determina que a eleição seja realizada. Foi assim que procedeu quando lhe chegou às mãos também o requerimento do líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), transmitindo-lhe a decisão da

bancada. "Quanto à primeira parte, realização da eleição da Mesa — disse — não posso acolhê-la; quanto à segunda, sobre o funcionamento do Congresso, é uma questão que fica para a Constituinte decidir". Pimenta da Veiga considerou acertada a deliberação.

Para os demais cargos da Mesa foram eleitos os deputados Homero Santos (PFL - MG), primeiro vice-presidente; Paes de Andrade (PMDB - CE), primeiro-secretário; Albérico Cordeiro (PFL - AL), segundo-secretário; Heráclito Fortes (PMDB - PI), terceiro-secretário, e Cunha Bueno (PDS - SP), quarto-secretário. Para suplentes, pela ordem: Daso Coimbra (PMDB - RJ), Mendes Botelho (PTB - SP), Irma Passoni (PT - SP) e Oswaldo Almeida (PFL - RJ). Essa foi a chapa que resultou do acordo interpartidário, do qual só não participaram o PDT e o PT. O primeiro lançou Amaury Muller (RS), como candidato a terceira secretaria, mas ele perdeu para Heráclito Fortes por 278 votos contra 176. O PT, na última hora, resolveu participar da votação e acabou elegendo a suplente Irma Passoni.



Sérgio Borges

Lyra se esforça, mas só consegue 155 votos

Lyra não transformará votos numa liderança permanente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 155 votos que o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) recebeu ontem na disputa com o deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara não deverão produzir repercussões nem desdobramentos nas futuras votações da Constituinte, segundo a análise dos próprios peemedebistas que votaram em Fernando Lyra. A maioria de votos contra Ulysses Guimarães representa a manifestação do inconformismo contra a inconstitucionalidade da sua reeleição ou foram votos abertos dos partidos de esquerda. A disputa, segundo o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), eleitor de Lyra, se esgota com a proclamação do resultado.

Já o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, interpretou os 299 votos dados a Ulysses Guimarães como a primeira manifestação do "bloco central", que tem como eixo o PFL, e será articulado com deputados moderados do PMDB, "de grande expressão numérica", e de outros partidos. Esse grupo de quase 300 deputados não só garantiu a vitória do "entendimento partidário", na opinião de Lourenço, mas irá assegurar ao País a elaboração de uma Constituinte centro-progressista.

"Essa facção centro-progressista pode não atender a todas as correntes políticas do País — salientou o líder do PFL —, mas é, sem dúvida alguma, o reflexo da grande maioria da opinião pública brasileira." Nas futuras votações da Constituinte, se-

gundo o raciocínio de José Lourenço, o bloco vai atuar "sempre que o bom senso faltar ou as disputas ameacem o bom encaminhamento das questões de interesse nacional".

O deputado Fernando Lyra não conseguiu interpretar, de forma clara, a votação que recebeu. Para ele, os 155 votos decorrem do inconformismo dos deputados contra os métodos usados na condução da disputa — pressão dos governadores, do Palácio do Planalto e da "sinistrose" da crise institucional que sua vitória poderia provocar —, da falta de participação, reclamada pelos novos, somados aos que resistiram às pressões. Mas ele não se considera líder desses 155 deputados, nem previu qualquer ação conjunta do grupo, daqui para frente.

O deputado Roberto Freire (PCB-PE) explicou que o seu partido decidiu apoiar a candidatura de Fernando Lyra por não concordar com a acumulação de cargos e ser favorável à renovação. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) afirmou que votaria em Lyra porque a candidatura de Ulysses Guimarães era "a ponta de lança de setores conservadores".

Já o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) ressaltou que a candidatura de Ulysses Guimarães era "flagrantemente inconstitucional" e que por isso não teria o seu voto. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), afirmou que votaria em Fernando Lyra por três razões: "A candidatura de Ulysses é inconstitucional, a acumulação de cargos é antidemocrática e não recebo recados do Palácio do Planalto".